

## A ESPINOSIANA NATUREZA DO INFINITO: CARTA A L. MEYER (CARTA XII)

SYLVIA LEÃO \*

**A**enfrentar um diálogo acerca de Espinosa, sobre a natureza do Infinito, em seu Epistolário<sup>1</sup>, primeiramente impõe-se esclarecer, acerca do que pretendo refletir, em quais cartas e o porquê.

Embora pareça grandiosa pretensão, intentei desfazer a grandiosidade do objeto intitulado, a apresentar dele, reflexão mais simples.

Contudo, atentemos para a **Carta 68**, a E. Oldenburg: “o Tratado Teológico-político é fundado no pressuposto que Deus e a Natureza, pela qual entendo uma massa ou matéria corpórea, seja uma só e mesma coisa.”

Convém observar, com informação colhida de Boyer (p. 270) que Newton enviou ao mesmo Oldenburg, secretário da *Royal Society*, embora fosse destinada a Leibniz, também correspondente de Espinosa, as duas Cartas de 1676, nas quais descreveu o teorema binomial, descoberto em 1664 ou 1665.

Em uma Carta anterior, de 1665, a **Carta 22**, ao mesmo Oldenburg, na qual Espinosa afirma que esse e o “caríssimo Boyle”, o “*exortam a filosofar*”<sup>2</sup>, Espinosa adverte, em primeiro lugar, “*não atribuo a natureza nem beleza nem brutalidade, nem ordem, nem confusão [...] visto serem essas afirmações relativas à nossa imaginação.*”

De Boyle, lembremos ser químico e alquimista, que “*em 1670, fundou com seus colegas filósofos naturais uma sociedade que chamavam de Faculdade Invisível- colocou um pássaro em um vidro e aspirou o ar.*” (Kaplan, 168).

De forma ilustrativa, estamos diante, do problema do vácuo, do espaço vazio, que logo mais veremos como se enlaça à nossa reflexão sobre o Infinito. Aliás, não se enlaça, mas o resolve, posto *não haver vácuo na natureza*.

Assim natureza é massa ou matéria corpórea, sobre a qual é lançada a pergunta a Espinosa perquire como se pode entender “*a coesão do todo e das partes*”, já que sabemos ser gnosiologicamente impossível ao homem, conhecer o todo do universo, como cada uma de suas partes.

Contudo, entende Espinosa por “*coesão das partes*”, *não ser outro que as leis ou a natureza de uma parte se adequam (adaptam) com todas leis ou à natureza da outra, não contrastando com essa.*”

Isso quer dizer que “*não é certo que o homem tenha sido feito do nada. Pelo contrário, foi fabricado (fabrefactus) do grande mundo, e por esta razão também se acha nele. Assim existindo entre eles um nexus de dependência [...].* Essa afirmação não é de Espinosa, como poderia parecer, mas de Paracelso<sup>3</sup> (1493-1541), em seu **A chave da Alquimia**.

A citá-lo, estamos a reconhecer que desde muito antes desse século XVII, e intensamente nele, a alquimia é a matemática, por que não afirmar, logo, a geometria da imaginação.

É próprio da razão relacionar. Trata-se de saber como as causas das relações são entendidas, que nos dará uma complexidade de sistemas teóricos, a formar os caminhos da teoria: metafísica, física, matemática, geometria,

Na mesma **Carta 22**, ao tratar do sangue e do movimento, afirma serem “*todos os corpos circundados de outros e são cada um deles em relação ao outro “reciprocamente determinados”.*”

\* Professora de Filosofia da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ -UECE.

<sup>1</sup> SPINOSA, B. Epistolario: a cura di A. Droetto. Einaudi editore: Roma. (p. 78).

<sup>2</sup> Id. (p. 68).

<sup>3</sup> PARACELSO. A Chave da Alquimia (trad. Antonio Carlos Braga). São Paulo: Edit. Trê, 1983, p. 223.

Chegamos assim a uma expressão nuclear do conceito da natureza: à “determinação recíproca”, a dizer com Espinosa, “*que todo corpo deve ser considerado com parte do inteiro universo, convém com seu todo e conecta-se com todos os outros.*”

Dizendo o mesmo, na linguagem do século XV, de Paracelso: *pois não há dúvida de que todas as proporções humanas, divisões, partes e órgãos estão no grande mundo assim como o homem em sua totalidade.*<sup>4</sup>

Agora cabe distinguir, voltando a Espinosa, que a natureza do universo, não é como a do sangue, limitada, mas absolutamente infinita, as suas partes são governadas em infinitos modos dessa natureza de infinita potência.

São infinitas as variações.

Espinosa arrazoar, quanto ao corpo – o corpo humano é parte da natureza. E quanto à mente humana, faz essa ressalva: *ainda que eu a considero parte da natureza*, continua Espinosa, *enquanto afirmo que na natureza se dá também uma potência infinita do pensamento, a qual, enquanto infinita contém objetivamente toda a natureza e em seus pensamentos procedem do mesmo modo da natureza, que é o seu ideado.*

Chamamos a atenção, ao que nos interessa, na afirmação logo a seguir, de Espinosa: *afirmo pois que a mente humana é essa mesma potência, não enquanto infinita e compreensiva de toda a natureza, mas enquanto finita, isto é, enquanto compreende somente o corpo humano, nesse sentido digo que a mente humana é parte de um intelecto infinito.*<sup>5</sup>

O absolutamente infinito da natureza, como substância, e não como atributo, muito embora, a fazer da parte da natureza, vale dizer, ser partícipe do Infinito, não o é, conquanto a mente, embora infinita em potência, seja finita.

Complicado, não?

Mudemos mais uma vez o título da palestra: O Finito na Infinitude.

Em resposta à **Carta 83**, de Tschirnhaus, Espinosa ao ser arguido se da *extensão poder surgir uma infinita variedade de corpos*, visto o arguidor fazer referência à **Ética**,<sup>6</sup> Prop. VXI,

Livro I, na qual se lê: – “*da definição de uma qualquer coisa dada por si posso deduzir mais propriedades, retorna a dúvida se não haveria de sê-lo, a coisa definida em relação a um a outra.*”, chegamos pois a um outro tema crucial, a concepção cartesiana de matéria como extensão.

Lembremos, brevemente com Koyré<sup>7</sup>, acerca do universo cartesiano: *o universo cartesiano, sabemos-lo mais do que bem, é construído com muito pouca coisa. Matéria e movimento; ou melhor – pois a matéria cartesiana, homogênea e uniforme, é apenas extensão –, extensão e movimento; ou melhor ainda- pois a extensão cartesiana é estritamente geométrica-, espaço e movimento. [...] A lei suprema do universo cartesiano é a lei da persistência. Aquilo que é, perdura. O que Deus criou mantém-o no ser. As duas realidades criadas, perduram eternamente. O espaço não muda; o que é evidente. Mas o movimento também não.*

Diante disso, observamos que a *res extensa* e a *res cogitans* cartesianas, tal como a sua *res infinita*, não são substâncias reais, são corpos geométricos.

Quer dizer, se é possível assim o fazer, são substâncias que não são substâncias, posto não existirem substâncias, na Geometria.

A geometria não é natural, física, é a suma abstração dos corpos reais e de qualquer entidade, sendo ou existindo, como substância ou como acidente.

Os corpos geométricos não são, nem existem; mas são verdadeiros.

Por isso o próprio Newton, em seu *Peso e Equilíbrio dos Fluidos*, ao destruir o *fundamento primordial da filosofia cartesiana*<sup>8</sup> ao descrever, extensamente, a extensão, ao fazê-lo em relação à natureza do corpo, não o faz com a mesma certeza, como ele próprio o confessa: “[...] *todavia, uma vez que não tenho um conceito claro e distinto sobre este assunto, não ousarei afirmar o contrário; em razão disto sinto hesitação em dizer positivamente em que reside a natureza dos corpos. Assim sendo, prefiro descrever uma determinada espécie de ser, em tudo semelhante aos corpos [...]*”<sup>9</sup>

<sup>4</sup> PARACELSO. *id.*, *ib.*.

<sup>5</sup> Epistolario. (p. 170).

<sup>6</sup> SPINOSA. *Ética*. (trad. e notas de Tomaz Tadeu). Belo Horizonte: Autêntica, 2007. (p. 331).

<sup>7</sup> KOYRÉ. A. *Estudos Galilaicos*. Lisboa; Publicações Dom Quixote, 1986. (p. 400).

<sup>8</sup> NEWTON. I. *O Peso e o Equilíbrio dos Fluidos*. (trad. De Luiz João Baraúna). Nova Cultural. São Paulo; 1987. (p. 220).

<sup>9</sup> Newton. *id.* (p. 223).

Cá para nós, o *incomparável Newton*, como Locke assim o chamou, não saberia descrever a natureza do corpo? E ao fazê-lo, fá-lo-ia por analogia? Claro que não, penso eu. Os corpos são definidos, geometricamente, como *determinadas quantidades de extensão*. Mais uns parágrafos à frente, Newton conclui o temerário, para a época: *Além disso, se a distinção das substâncias em substâncias pensantes e extensas for legítima e completa, Deus não encerra eminentemente em si mesmo a extensão, e por conseguinte não pode criá-la; [...] ao contrário, se a extensão estiver eminentemente contida em Deus, ou no mais elevado ser pensante, certamente a ideia de extensão estará eminentemente contida na ideia de pensamento, e por conseguinte a distinção entre essas ideias não será tão grande, que ambas não possam convir à mesma substância criada, isto é, que os corpos possam pensar ou as coisas pensantes possam ser extensas.*<sup>10</sup>

E quanto a **Ética** espinosiana, declaradamente exposta segundo o *more geométrico*?

Mas que supostos contêm o modo geométrico? Ao que nos interessa, somente um: a destruição da positividade da substância. A substância não é o ser, é o não-ser.

Voltemos à exigência aristotélica, mais uma vez bem precisada, em Koyré<sup>11</sup> *seja preciso não confundir geometria com física: o físico raciocina sobre o real (qualitativo), o geômetra apenas se ocupa de abstrações*. Em nota n. 33, continua: *Aristóteles, é bem sabido, é muito hostil a qualquer confusão dos gêneros: o geômetra não tem que pensar como aritmético, nem o físico como geômetra*. E conclui, de forma irônica: *Exigência perfeitamente legítima: enquanto os “gêneros” subsistem não os podemos misturar. Mas podemos destruir.”*

A refletir, não teria Espinosa destruído os gêneros, ao afirmar que só há uma Substância Infinita? Se sim, assim como Descartes por abstração as vomitou pela goela da *Res Infinita*, Espinosa ao contrário, fez com que a *Res Infinita* as engolisse. Por isso Hegel ter afirmado que no sistema espinosiano, tudo entra, mas nada sai.<sup>12</sup> Mas isso é outra história.

Voltemos ao **Epistolário**.

<sup>10</sup> Newton. *id.* (p. 227).

<sup>11</sup> KOYRÉ. *op. cit.* (p. 28).

<sup>12</sup> HEGEL. *Lecciones sobre la Historia de la Filosofia*. México: Fondo de Cultura Económica. (p. 290).

Ao ter escrito ao mesmo destinatário, Tschirnhaus, um mês antes, a **Carta 81**, de 1676, Espinosa nomeia a sua **Carta 80**, a anterior, dirigida a Lodovico Meyer, como *Carta sobre o Infinito*, e nela, assim se refere à concepção cartesiana de extensão, *como uma massa em repouso, não só é difícil, [...] mas é de todo impossível demonstrar a existência dos corpos*. Por isso, continua Espinosa, *não hesitei, um instante em afirmar que os princípios cartesianos da natureza são inúteis, para não dizer absurdos*.

A assinalar, pelo menos um pouco, da ambiência cultural-científica, que se respirava à época do nosso **Epistolário**, vejamos como médicos, alquimistas, astrólogos, físicos, químicos, religiosos, são igualmente arguidores das implicações, diríamos, teológico-políticas, da concepção do Infinito. Espinosa não é o primeiro a fazê-lo.

Já é sabido que quanto à concepção do Infinito, Espinosa seria herdeiro de Giordano Bruno, mas não o seria de Copérnico, cujo heliocentrismo, ainda supõe um centro ao universo, razão pela qual Bruno havia criticado Copérnico como sendo *um simples matemático*, visto Copérnico não ter extraído todas as consequências do próprio heliocentrismo.

Afirmamos qual seria: se se demonstra a falsidade do geocentrismo, estaria demonstrada a falsidade de qualquer teoria astronômica a ter no universo um centro.

O Olimpo de louros e o Hades de sementes de romãs, da cosmologia e cosmogonia grega, bem como o refrigerio do Trono Celestial e o calor infernal da Geena medievais, simplesmente perdem o estatuto de verdade dos doutos e se tornam superstições do vulgo.

À indagação de se haveria um ponto legítimo de observação do universo que não fosse a terra, segundo o **As bases Metafísicas da Ciência Moderna**, apenas os matemáticos responderam que sim.

E, de então, a palavra verdadeira sobre o universo, não seria mais a palavra, o conceito, a filosofia, mas o número, a quantidade, a matemática, mais precisamente, já o sabemos, a Geometria. Galileu (1564-1648), em **O Ensaaiador**, já sentenciara que *se opor à geometria é negar abertamente a verdade*.<sup>13</sup>

<sup>13</sup> GALILEU. *O Ensaaiador*. (trad. e notas de Helda Barraco). São Paulo: Nova Cultural; 1987. (p. 8).

No Intelecto, ao tratar-se da Quantidade, a investigação – que é comparativa, dá-se por meio da proporção.

Desta feita, cabe lembrar Nicolau de Cusa (1401-1464), que em **A Doutra Ignorância** (1440), logo no primeiro capítulo, afirma acerca do Infinito: *toda investigação cifra-se numa proporção comparativa fácil ou difícil. Eis a razão por que o infinito enquanto infinito, por subtrair-se a toda e qualquer proporção, é desconhecido.*<sup>14</sup>

Na mesma página, em Nota, n. 2, explicativa a esta passagem do Cusano, Ullmann concede, quanto a isso, razão à seguinte concepção da Física aristotélica: *Se o infinito, enquanto infinito, é incognoscível, então o número e segundo a grandeza, é uma quantidade incognoscível; e o infinito, segundo a forma, é uma qualidade incognoscível.*

Voltemos ao **Epistolário**, à **Carta 61**: respondendo a Boxel, quando este, comparativamente ao triângulo, arguiu se Espinosa tinha de Deus, a mesma clareza da ideia e imagem, que possuía do triângulo, Espinosa afirmou positivamente, quanto à clareza da ideia; contudo, não tinha de Deus, uma imagem clara, como aquela do triângulo.

Prossegue Espinosa, em afirmação máxime: *porque nós não podemos imaginar Deus, mas somente compreendê-lo.*<sup>15</sup>

E ainda acresce, o que para nós interessa, e nota bem que eu não disse de compreender inteiramente Deus, mas somente alguns de seus atributos. Alguns, não todos, e nem mesmo a maior parte. E é seguro que esta minha ignorância da maior parte desses atributos divinos não me impede de conhecer alguns.<sup>16</sup>

Ainda nesta **Carta 61**<sup>17</sup>, conhecimento é sinônimo da especulação. Distintos são os guias da especulação e da vida ordinária: *ali, na especulação, somos obrigados a seguir a verdade, enquanto naquela, na vida ordinária, somos obrigados a seguir o verossímil.* De volta ao Infinito: em conformidade com **Carta 54**, a Vontade, o Intelecto, a Essência ou a Natureza, em Deus, são uma só e mesma coisa.<sup>18</sup>

E do Infinito, à necessidade: mas não há de ser confundida a natureza divina com a natureza humana. Espinosa não atribui a Deus, os atributos humanos da vontade, da inteligência, da atenção, etc.. Conclui, pois, que há dito ser *o mundo um efeito necessário da natureza*, e que não o é, ao acaso.

De imediato, quem não há de lembrar da *natura naturans* e da *natura naturata*?

E se a palestra fosse sobre a *Naturação do Naturado*?

Em Carta responsiva a G. Bouwmeester, **Carta 37**, sobre a questão por este proposta – a de poder existir um método com o qual há de se proceder, *sem tropeçar, nem enfadar*, na consideração da coisa mais elevada, ou se, ao invés, os nossos pensamentos são *regulados pela sorte*<sup>19</sup>, Espinosa redarguiu que já respondida fora essa questão, ao haver feito a distinção, aliás, cara a todo filósofo, entre o Intelecto e a Imaginação: dá-nos a distinção, em relação à Quantidade: perceber abstratamente é obra da imaginação, perceber inteligivelmente, vale dizer, como substância, é obra do Intelecto.<sup>20</sup>

À esta ocasião, Espinosa faz lembrado Bacon ou Locke, ao afirmar que não é necessário conhecer a natureza da mente, ou da percepção na sua *prima causa*, mas é suficiente descrever da mente, ou da percepção, as noções verdadeiras, e por elas, as falsas: na pena de Locke, saber do que o Entendimento pode pescar, como o faz o marujo, a partir da extensão da linha, não se tratando pois de alcançar a extensão da profundidade do oceano<sup>21</sup>; ou, na pena de Bacon, trata-se de saber das noções falsas, os *Idola*, que obstruem o Intelecto.<sup>22</sup>

Lembremos pois, a partir de Espinosa, dos *Idola* baconianos, nos Aforismos 39-44: *os ídolos da caverna*, a dizer que tudo que estamos a conhecer, fazemo-lo inescapavelmente, conforme a maneira humana de conhecer, limitada e turvada de ensejos próprios; *os ídolos da caverna*, aos quais competem os enganos do indivíduo, tal a sua conformação peculiar; os

<sup>14</sup> CUSA, N.de. *A Doutra Ignorância*. (trad., pref., introd. e notas de R. A. Ullmann) Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (p. 42).

<sup>15</sup> Epistolário. (p. 243).

<sup>16</sup> Epistolário. (p. 243/234).

<sup>17</sup> Epistolário. (p. 242).

<sup>18</sup> Epistolário. (p. 233).

<sup>19</sup> Epistolário. (p. 185).

<sup>20</sup> Ética. *op.cit.* (p. 35).

<sup>21</sup> LOCKE. *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (p. 141).

<sup>22</sup> BACON. *Novum Organum*. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (p. 21-22).

*ídolos do foro*, concernentes ao mercado dialogal dos nomes, inequívoca fonte de erros; e, por fim, *os ídolos do teatro*, concernentes à tradição teórica- seja filosófica, teológica ou científica, que encenam a verdade, mas apenas oferecem o espetáculo do verossímil.

Vejamos que, como afirmou Bacon, os *ídola do foro*, são os mais perturbadores, visto dele se valerem todos os demais.

Poderíamos, com Espinosa, afirmar que seu grandioso intento do caminho verdadeiro à verdade, golpeou fundamento os *ídola do teatro*.

Já à luz do Infinito, enfrentemos os temas da Quantidade e da Qualidade.

Para Espinosa, qualidade e quantidade são distintos conforme a percepção do objeto se dê com o concurso dos sentidos, a imaginação, que concebe a substância como finita, ou, conforme o seja pelo intelecto, infinita. (**Ética I, Prop. XV**).

Após, iremos respectivamente relacionar a quantidade e a qualidade, ao mundo da circulação, no que tange ao dinheiro e no que tange ao Capital. Como diria Marx, eis o busílis!

Assim, aos poucos, teremos tecido um caminho espinosiano à elucidação da relação entre quantidade e qualidade, ou ainda, entre a “má infinitude”, como realização do preço da mercadoria, e a infinitude, como criação do valor, no caso, a mais valia relativa.

Na **Carta 09**, a De Vries,<sup>23</sup> Espinosa afirma já haver demonstrado à exaustão, que “o intelecto, ainda que infinito, pertence à Natureza *naturata*, e não, à Natureza *naturante* .

Podemos concluir, de imediato: o intelecto é infinito, mas não é.

E podemos concluir da imaginação, o contrário: a imaginação é finita, mas não é.

O garante da finitude da imaginação é a afecção dos sentidos, enquanto o garante da infinitude do Intelecto é prescindir da afecção.

Vendo mais de perto, como diria Hegel, seria exatamente o contrário: a imaginação torna-se infinita por possuir múltiplos, sem a terrível exigência da verdade. Até Kant, exclusivamente, tratar-se-ia da *adequação do intelecto às coisas*.

Enquanto a exigência da verdade e do caminho verdadeiro ao Entendimento, são a

fiança favorável ao progresso de si, do próprio pensamento: diria, pensar o próprio pensamento. De novo, a citar Hegel: a definição do infinito, em Espinosa, trata do conceito do conceito. Na **Carta 29**, está a distinção entre o infinito da imaginação e o infinito do intelecto, do que é realmente infinito, o ato infinito.<sup>24</sup>

Já o atributo, por sua vez, *se diz com referência ao intelecto, que atribui à substância uma tal certa natureza*.

Atente-se: é o intelecto que atribui à substância uma certa natureza. Assim, o intelecto, por ser humano, atribui à substância aquilo que é o próprio e o impróprio do homem.

A dizer com a tradição moderna, extensão e cogitação, destarte atribui-se à substância somente aquilo que se pode conhecer humanamente, suposto antropológico.

E o que seria a substância, não seria tal para o homem?

Sim e não, respondo.

É claro, que a noção de substância só o é porque ficamos de pé e abstraímos, vale dizer, o universo era mudo e passou a ter a voz humana a dizer, apenas para si mesmo, do mundo e de si. Essa é a tese sofista, do homem-mesura.

A tese da própria substância, afirma-lhe sem antepostos antropológicos, a sua realidade – essencial e existencial. Eis o outro caminho, o do racionalismo dedutivo.

Mas, e eu, como entendo a substância? – Confesso, não a entendo! Pela razão logicamente posta já por Aristóteles: *diz-se daquilo que não se predica de um ser*; também posta por Anselmo, *o ser do qual não se pode pensar nada maior*.

Qual seria a implicação deste modo de pensar?

É muito simples, ousa dizer, tal concerne ao que é substância: a substância nada mais é do que resto, resíduo. Mas do quê?... Da substância, como resultado, à substância como postulado. Como resíduo da intelecção, o atributo; como resíduo da afecção, o modo.

Assim entendendo, a substância jamais é princípio, mas sempre resultado.

Resultado vitorioso do nosso conhecimento: realizado o conhecimento, determinadas as coisas, a negação do que não

<sup>23</sup> Epistolario. (p. 71).

<sup>24</sup> HEGEL. *op. cit.*, (p. 287-288).

foi determinado, ganha o estatuto de substância. Quanto mais se conhece, mais se conhece que se desconhece, mais se cristalizam os limites peculiaríssimos do único ser imanente e transcendente, o homem.

Poderia ser arguida: mas, como assim, saiu de Espinosa para Kant, com a ideia de substância como *coisa em si*? E eu responderia: – não, caríssimos, é muito mais grave!

Saí da noção espinosiana de substância à noção do dinheiro como realização do valor, no mundo da circulação. Diria da substância, como Marx disse do dinheiro: *é a cinza inorgânica de todo o processo*.

Tal feito, aquele de o intelecto atribuir à substância certa natureza, cale lembrar bem, que, além disso, o próprio da substância é ser continente exclusivo da eminência de todas as coisas.

Ao se tratar de substância, jamais esqueçam, pelo menos em Espinosa, de crescer o “eminentemente”. E aí, parece que tudo se resolve!

Segundo a **Carta 61**, a Boxel, Espinosa, ao afirmar que *se ao triângulo houvesse a possibilidade de falar, diria, do mesmo modo, que Deus é eminentemente triangular, e o círculo diria igualmente que ele é eminentemente circular, e toda coisa assinalaria a Deus os próprios atributos e far-se-ia símile a si, enquanto todo o resto lhe parece informe*.<sup>25</sup>

A substância, diversas vezes definida, em muitas Cartas, como *o que em si e por si se concebe, ou seja, cujo conceito não implica o conceito de outra coisa*, tal a **Carta 09**, a De Vries,<sup>26</sup> tal o **Ética I**, Def.III, guarde-se, isto: aquilo cujo conceito não implica o conceito de outra coisa. Acrescente-se, exceto o homem que conceitua.

Portanto, agora, a questão do método.

Sobre o *vero método*, na **Carta 37**, já citada, Espinosa afirma “*não ser o nosso intelecto, como o corpo, exposto ao acaso*.”

Voltemos ao Intelecto e à Imaginação: aquele prescinde da afecção, não está portanto, exposto ao acaso, mas a si mesmo, à própria natureza. A imaginação, à base das afecções, é multiforme, conforme o é a contingência do poder ser percebido, ou não, pelos sentidos.

Assim afirma Espinosa que *a percepção “clara e distinta” que formamos, depende somente da nossa natureza e de suas leis certas e firmes (ou fixas). A depender pois da nossa potência, e não da fortuna*.<sup>27</sup>

Mais um problema: o problema é que a nós, os homens, são desconhecidas e estranhas, a própria natureza e potência.

Qual seria a solução espinosiana? A solução é o “*vero método*”, e sobretudo, que nisso ele consista: *o conhecimento do puro intelecto, da sua natureza e de suas leis*.<sup>28</sup>

Seria esta a tarefa precípua da filosofia, conforme a exatíssima **Carta 23**, a Blyenberg, na qual Espinosa distingue firmemente o “*falar filosoficamente*” sobre Deus, do Deus da teologia.

O grande esforço teológico, segundo Espinosa, é o de “*representar Deus como um homem perfeito*.” Mas na filosofia, os atributos concernentes à perfeição humana não se devem atribuir a Deus.

Aqui cabe retomar, mais uma vez, à ideia de substância, *ousía* grega ou *res* latina, própria à metafísica, ao embate medieval dos Universais.

À tradição posterior aos medievos, a da necessidade do fundamento, não poder ser de caráter antropológico, o que voltaria às teses sofistas da lei como necessidade contingente, a ser distinta da tradição, cara ao racionalismo, de fundamentar a contingência com necessária.

De novo, põem-se a firmeza do caráter de *res* ao nome, enquanto aos nominalistas é-lhes suficiente conceder ao nome, o caráter de *flatus voices*.

O nome é um nome, não é portador da objetividade por si. O nome nomeia, não firma a objetivação do ideado.

Os modos de pensar – a memória, a explicação, a imaginação, não são ideias das coisas, posto não possuírem algum ideado que possa existir necessariamente. A existir necessariamente, não é modo, é substância.

Aos modos de pensar convém a retenção das coisas, em classes. Às matemáticas convém comparar as coisas, como tempo (a duração), número (quantidades discretas) e medida (quantidades contínuas).

<sup>25</sup> Epistolario. (p. 242).

<sup>26</sup> Epistolario. (p. 72).

<sup>27</sup> Epistolario.(p. 185).

<sup>28</sup> Epistolario. (p. 188).

A ordem das ideias, o pensamento, e a ordem da realidade extrínseca, são duas expressões da realidade absoluta, de onde, como já o é dito da *Ética II*, Proposição VII, “*a ordem e a conexão das ideias é idêntica à ordem e à conexão das coisas.*” Haja vista que a ordem das ideias não é simplesmente humana e a ordem das coisas não pertence simplesmente à natureza.

À inconferência do estatuto de *res* ao nome, estandarte do nominalismo, abre os olhos daqueles tempos, à percepção do estatuto dos particulares.

E com tal aviso, avisado também o são as formas primeiras do entendimento, no seu móvel abstrativo, como obras de limitação, de determinação: a indução e a dedução determinam, apenas.

Mas aquilo que se pode determinar por abstração, é simultaneamente a negação da própria determinação abstrata. Chegamos pois a conhecida afirmação da **Carta 50**, a J. Jelles: “*a determinação é negação.*”

De novo, aquilo que são os atributos-extensão e pensamento, nada mais são do que, a dizer com Malebranche, “*nous voyons toutes choses en Dieu.*”

Quem estar a ver somos nós, os homens. E, como homens, somos matéria e pensamento.

Nada mais de Deus podemos conhecer dos seus infinitos atributos, senão aqueles de cuja substância, somos e existimos naturalmente, como homens. A mais disto, resvala-se aos rodeios da imaginação. Inclusive, o fundamento disto.

Entender a natureza da natureza, seria conforme não a natureza, entendida como *res extensa*, mas ao contrário, conforme aquilo que não é próprio aos atributos, a serem concebidos humanamente.

Chegamos, enfim, à *res infinita*, muito mais respeitante ao que concerne ao infinito, do que à própria substância.

Esclareço: o estatuto de substância foi outorgado a inúmeras ideias fictícias, no decurso de toda a tradição filosófica e teológica.

Tanto o mais antigo racionalismo, quanto o mais moderno, à época de Espinosa, leia-se, Descartes, e ainda, tanto o monoteísmo mosaico, quanto o cristão, houve de imaginar a substância, antropomorfizando-a, ao terem por verdadeiro

o falso: em suma, a noção astronômica do universo finito.

Ali, a suma complexidade da *psyché*, na faculdade do intelecto; aqui, a excelência da criatura, que ao sexto dia da criação, fizera pela primeira vez, Deus soltar uma admiração superlativa: “E viu, que era muito bom.”

O universo como cosmos, à moda grega, ou como criatura, à moda judaico-cristã, pressupõe a finitude, muito embora, haja distinção a ser observada.

Aos gregos a natureza, como *physis*, implica a ordenação necessária, imutável e imanente, e nos grandes quadros exegéticos do monoteísmo judaico-cristão, também a natureza-como criatura, possui tal ordenação, mas cuja origem é transcendente. Ali, não há nada fora dos cosmos; não se sabe do espaço absoluto, só o concreto, ocupado por corpos reais; aqui, do nada, fez-se o universo. E, em ambos, a grandiosa peleja entre necessidade e liberdade: primeiro, por terem a necessidade, como instância da extensão, e a liberdade, como instância da razão.

De onde, cabe excetuar, a intrigante posição agostiniana, a dar a entender que ontologicamente, quanto ao Sumo Bem, como fim único e último do homem, não há eleição. Essa recai sobre os meios. Tal o Aquinate, de modo igual, afirmar-se-á.

A eleição pois dos bens imutáveis requer severa disciplina sobre a contínua solicitude das afecções. No mundo das coisas transitórias, temporais, o por as coisas sob o aspecto da eternidade, vê-se constringido às urgências das glórias humanas, todas vãs.

Semelhante a tal, vê-se logo nas primeiras linhas do *Tratado da Correção do Entendimento*, como são as incomodidades que se adquirem pela honra, pelas riquezas, pela concupiscência, visto causarem a distração da mente.

Portanto, na “qualidade do objeto ao qual aderimos por amor”, a ser ele, “o amor de uma coisa eterna e infinita”.

Precisamos lembrar a essa ocasião, de um dos herdeiros de Nicolau de Cusa, Giordano Bruno, de quem Espinosa, seria também, um de seus excelentes herdeiros. “*Mens ínsita, mens super omnia*”: a mente está em tudo e acima de tudo.

De onde a crucial diferenciação de G. Bruno, em relação ao *todo infinito* (universo e Deus) e ao *totalmente infinito* (Deus).

Indaga, Giordano Bruno, na boca de Filóteo: “Que razão nos convence que um agente, podendo fazer um bom infinito, o faça finito? E se o faz finito, porque devemos acreditar que o pode fazer infinito, sendo nele a mesma coisa, o poder e o fazer?”<sup>29</sup> E mais, “não é tarefa de Deus ocupar lugares vazios”.

Podemos agora retomar à natureza do Infinito, segundo a **duodécima Carta**: a crer em Espinosa, a “dificílima” questão do Infinito, reside em não se fazer mais distinção, entre: 1) o que resulta infinito por sua natureza, isto é, em virtude da sua definição, e aquilo que não possui limites, não por sua essência, mas com referência à sua causa; 2) o que se diz infinito porque não tem limites, e isto cujas partes, por serem compreendidas entre um máximo e um mínimo, não se pode, contudo, fixar e exprimir com um número; 3) entre aquilo que se pode somente entender e não imaginar, e aquilo que, ao contrário, se pode também imaginar.

Segue Espinosa, a expor, brevemente, quatro conceitos: o de Substância, o de Modo, o da Eternidade e o da Duração, a partir dos quais, se seguirá a resolução do problema. Pelo menos, espera-se que assim o seja.

Sobre a Substância, são três as considerações: primeiro, à sua essência convém a existência, isto pois, só da sua essência e definição segue que essa existe; segundo, como consequência, a substância não é múltipla, mas nela existe uma só de igual natureza; terceiro, que toda substância não se pode entender, senão como infinita.

Sobre o Modo, Espinosa o diz como as afecções da substância; portanto, enquanto não é a definição da substância mesma, não pode implicar alguma existência e, conquanto existente, podemos conceber o modo como não existente. Conclui, então, que se atentamos somente à essência dos modos, e não à ordem total da Natureza, não podemos concluir do fato que atualmente existem, que em seguida continuarão ou não a existir, não que são ou não são existidos também primeiramente.

Espinosa crava na distinção do conceito de existência entre substância e modo, a

diferença entre a Eternidade e a Duração. E ainda, ao afirmar que por meio da Duração, podemos explicar somente a existência dos modos; enquanto a existência da Substância se explica por meio da Eternidade.

Sabemos que a *natura naturata* é o próprio dos seres como modos, modificações dos atributos da *res infinita*. Modificar, implica portanto, durar, e a finitude é o seu arremate.

Daí que investigar a natureza das coisas – *ratio rerum*, é o proceder diverso da investigação dos modos pelos quais percebemos as coisas. Então, mais uma distinção, entre o ente fictício (não-ente), que por ser conjugação volitiva, casualmente pode ser verdadeiro, e o ente real, que por sua natureza, existe necessariamente (a substância) ou não envolve a existência, senão possivelmente (o modo).

Não se vai do modo ao atributo e deste à substância, por indução. Seria o desvão das múltiplas formas de falsear o verdadeiro.

Uma vez que a verdade é *index sui*, o caminho verdadeiro à verdade, não é outro senão a própria verdade, exposta em método genético: da *causa sui*, infinita, à necessária causação universal, modificada de forma vária.

Mesmo porque, segundo a Ética II, proposição 44, “é da natureza da Razão considerar as coisas não como contingentes, mas como necessárias.”

Assim, da verdade necessária ao caminho necessário à verdade, procedemos a entender como a explicação da substância procede através da Eternidade.

Mas como Espinosa diz da Eternidade, nessa Carta? Segundo ele, “a eternidade é a fruição infinita do existir ou, a despeito dos latinistas, do ser (*essendi*)”.

Não podemos, nessa ocasião, esquecer que Agostinho, em sua **Carta a Proba**, sobre a Felicidade, já distinguira pelo par *uti-frui*, o uso da fruição. *Só se se deve fruir de Deus, a fruição da divindade da eternidade*.

Ainda quase a concluir: *O termo hebraico Ada, prosseguir, atravessar, provavelmente é raiz, dos termos perpetuidade, eternidade, bem como de até, até quando, enquanto, durante.* (cf. Harris, et alli, (p. 1077). *Observa então que em hebraico não existe nenhuma palavra para designar tempo, nem palavras específicas para passado, presente,*

<sup>29</sup> BRUNO. *op. cit.*. (p. 40).



*futuro, eternidade. Comparado com o vocábulo Olam, é empregado somente em associações com preposições, como um acusativo adverbial ou como numa relação construta. [...] Ad, também é usada com referência a Deus, sua existência é eterna (Is. 57.15).*

*Já o adê, é uma forma poética especial, tendo a função tanto de preposição como de conjunção. Indica o espectro de uma ação, começando pelo seu ponto de partida, passando pelo seu movimento de progressão e chegando até à sua conclusão. É usada no sentido espacial e temporal, também comparativo.*

Em se tratando de espaço, pode-se saber que se refere ao deslocamento de um lugar ao outro. Em se tratando de tempo, significa permanecer, prosseguir, perseverar.

Então, podemos afirmar: o perseverar no próprio ser, supõe a possibilidade de ser. Em sendo, a tendência é o se manter. Não há eleição quanto ao ser, o ser já é, em sendo extensão ou atributo. Perseverar no ser é tendência, inclinação, possibilidade. Se cumprida, ou não, o fim da tendência, mais cedo ou mais tarde, é a própria morte.

Mas, isso é Espinosa ou Schopenhauer? Se for Espinosa, é a fruição finita do existir, a qual acresce a eternidade, *como fruição infinita do existir.*

Se for Schopenhauer, é assim mesmo, *a morte é o gênio inspirador da filosofia. Não há pois o que invejar nos mortos.*

E, se for Platão? Aí é que verdade mesmo, *a filosofia é preparação para morte.*

E para nós, que antes de sermos filósofos, somos homens do senso comum, como enfrentamos tal tema, o do Infinito?

Penso ser do mesmo quilate, do que se diz por aí, pelo meio da rua, apenas de forma diferente: perseverar, além do não poder ser mais, chame-se de eternidade, de imortalidade, do para sempre, do eterno enquanto dure, ou como quiserem, é simples, ensina o senso-comum: plante uma árvore (agir-ethos), escreva um livro (pensar-logos), ou tenha um filho (amar-eros)!

Vale dizer, a cada um cabe a escolha de como perseverar, se assim o achar por bem, na qualidade de bem. Ou de mal, é imaginação mesmo!

Para concluir acerca do Infinito, já que não apresentei, nem ousaria, nada de conclusivo, saio imediatamente da filosofia e me despeço com as mais encantadoras palavras que já li sobre *O Infinito, do Leopardi:*

*Sempre me foi cara esta colina  
Erma e esta sebe, que de extensa parte  
Dos confins do horizonte o olhar me oculta.  
Mas, se me sento a olhar, intermináveis  
Espaços para além, e sobre-humanos  
Silêncios e quietudes profundíssimas.  
Na mente vou sonhando, de tal forma  
Que quase o coração me aflige. E, ouvindo  
O vento sussurrar por entre as plantas,  
O silêncio infinito à sua voz  
Comparo: é quando me visita o eterno  
E as estações já mortas e a presente  
E viva com seus encantos. Assim, nessa  
Imensidão se afoga o pensamento:  
E doce é naufragar-me nesses mares.*

